



159

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **19ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**  
TIPO: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**  
PROCESSO Nº: **0260434-8**  
AGRAVANTE(S): **JOSÉ MANOEL DA SILVA**  
AGRAVADO(S): **FIAT AUTOMÓVEIS S/A e OUTRA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**EMENTA**

**PROCESSO CIVIL. CDC. CUMPRIMENTO INTEGRAL DA OBRIGAÇÃO IMPOSTA NA SENTENÇA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. DEVOLUÇÃO DO VEÍCULO RECLAMADO. OBRIGATORIEDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROVIMENTO.**

- Agravo de Instrumento interposto em face da decisão interlocutória que determinou a devolução imediata do veículo reclamado à recorrida Italiana Automóveis do Recife Ltda, pois esta já teria restituído o valor do bem, nos termos impostos na sentença condenatória;
- Razões recursais que defendem que foi pleiteada a substituição do bem e que a importância depositada não corresponde ao seu valor real, concluindo, por esta razão, que deverá permanecer na posse do bem como complemento de seu valor;
- O acolhimento da pretensão recursal representa evidente enriquecimento ilícito, o que não pode ser tutelado pelo Judiciário. Igualmente, a tese do depósito efetivado não corresponder ao valor real do bem, foge do objeto tutelável por este meio recursal, tampouco podendo ser apreciado neste momento processual;
- Provas dos autos que indicam o integral cumprimento da obrigação imposta aos recorridos, não podendo, em contrapartida, o recorrente abster-se de devolver o veículo, pois por este bem de consumo já foi devidamente indenizado, com fulcro no art. 18, §1º, inciso II do CDC, razão pela qual é de rigor a sua imediata devolução à agravada;
- Agravo a que se nega provimento. Agravo legal nº 0260434-8/01 prejudicado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo de Instrumento nº 0260434-8, figurando como Agravante JOSÉ MANOEL DA SILVA e Agravados FIAT AUTOMÓVEIS e ITALIANA AUTOMÓVEIS DO RECIFE LTDA., acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a TERCEIRA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo em todos os seus termos, a decisão terminativa desafiada, **restando prejudicado o agravo legal interposto pela Italiana Automóveis do Recife Ltda nº 0260434-8/01**, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 22.05.2014.

  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **19ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**  
TIPO: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**  
PROCESSO Nº: **0260434-8**  
AGRAVANTE(S): **JOSÉ MANOEL DA SILVA**  
AGRAVADO(S): **FIAT AUTOMÓVEIS S/A e OUTRA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por JOSÉ MANOEL DA SILVA, em face da decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 19ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação de nº 0039338-81.2010.8.17.0001.

Em breve síntese, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados nos autos da Ação de Reparação de Danos c/c Substituição do Produto, onde foi imposta condenação às recorridas para pagamento do importe de R\$ 27.859,14 referente à quantia paga pelo automóvel, mais danos morais fixados no valor de R\$ 20.000,00 e ônus sucumbenciais solidariamente imputados às demandadas/agravadas.

No julgamento das apelações interpostas por ambas as partes, esta Terceira Câmara julgou procedente o recurso do autor para condenar as empresas Fiat Automóveis S/A e Italiana Automóveis do Recife Ltda, solidariamente, a substituir o veículo por outro da mesma espécie em perfeitas condições de uso. E na apelação destas, deu parcial provimento para reduzir o *quantum* indenizatório para R\$ 10.000,00. Já no acórdão integrativo dos embargos de declaração ficou acrescentado que as agravadas deveriam *substituir o veículo por outro de mesma espécie, em estado de zero quilômetro e, não sendo possível fazê-lo, que dê-se cumprimento de acordo com o art. 18, §1º, inciso II do Código de Defesa do Consumidor (...).*

Em sequência, no primeiro grau, a Agravada Italiana Automóveis do Recife Ltda. peticionou informando a necessidade de devolução do veículo objeto dos autos, já que satisfeita a obrigação, com o cumprimento integral do preceito condenatório, pois depositado em juízo o valor da condenação. Deferido pelo magistrado de piso, o autor interpôs o presente recurso de agravo de instrumento, onde liminarmente foi deferida a suspensão da decisão interlocutória e o recolhimento do mandado de busca e apreensão.

Instada a contrarrazoar, a parte Agravada arguiu, preliminarmente, a impossibilidade de conhecimento do recurso, ante manifesta afronta ao art. 525 do CPC, pois ausente a procuração outorgada aos advogados dos agravados e, no mérito, documentou o cumprimento integral da condenação, com o depósito judicial do valor fixado, defendendo que a não devolução do veículo pelo recorrente importaria em enriquecimento ilícito deste, requerendo, em suma, fosse mantida a insigne decisão interlocutória proferida pelo magistrado de piso.

Eis o relato.

Recife, 15.04.2014

**ITABIRA DE BRITO FILHO - Relator -**



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **19ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**  
TIPO: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**  
PROCESSO Nº: **0260434-8**  
AGRAVANTE(S): **JOSÉ MANOEL DA SILVA**  
AGRAVADO(S): **FIAT AUTOMÓVEIS S/A e OUTRA**  
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

053

**VOTO**

A agravada Italiana Automóveis do Recife Ltda. arguiu preliminarmente, em contrarrazões ao presente recurso, a impossibilidade de conhecimento deste agravo, pois deficiente a formação deste instrumento que não conta com procuração outorgada aos advogados das agravadas, em latente afronta ao art. 525 do CPC.

Assiste razão à recorrida. Após análise percuciente desse instrumento, verifica-se ausente documento obrigatório, elencado no rol da disposição normativa do art. 525 do CPC. Todavia, *in casu* o defeito formal do agravo não resultou em prejuízo na formação do contraditório, tanto que já estabelecido e devidamente contrarrazoado pelas recorridas, não visualizando na espécie qualquer prejuízo às partes apto a ensejar eventual nulidade de atos, deixando de assim declarar em valor ao princípio da instrumentalidade das formas. Nesse sentido já decidiu o STJ:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRARRAZÕES. SIGNATÁRIO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS.**

1. A Quarta Turma tem considerado que, quando constatado que a parte adversa se encontra representada por outros advogados e a ausência da procuração ou da cadeia de substabelecimento outorgando poderes ao causídico signatário das contrarrazões ao recurso especial não lhe importa prejuízo, em razão da oportuna apresentação de defesa, tal circunstância não deve ensejar o não conhecimento do agravo de instrumento, em obediência ao princípio da instrumentalidade das formas. Precedentes.

2. Contudo, ainda que superado o óbice acima ante a jurisprudência favorável, o recurso de agravo de instrumento não ultrapassa a barreira da admissibilidade. Isso, porque o agravo não veio instruído com as cópias de peças obrigatórias para a formação do recurso, quais sejam, acórdãos principal e integrativo, petição de embargos de declaração, as certidões de publicação dos acórdãos e da decisão que inadmitiu o especial.

3. No ponto, pois, há ser mantida a decisão agravada.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1349365/PE, Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe 24/06/2013)

*[Assinatura]*



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

No mérito, aduz a agravada Italiana Automóveis do Recife Ltda. que já cumpriu integralmente a condenação imposta, com o depósito judicial do respectivo valor, em atenção ao art. 18, inciso II do CDC, ante a impossibilidade de substituição do bem defeituoso, o que foi aceito e determinado pelo magistrado de piso.

Ademais, de forma bem elucidativa transcrevo trecho da decisão recorrida que, em sua essência, determinou corretamente a devolução do veículo descrito nos autos, sob pena de busca e apreensão, *in verbis*:

*"Compulsando os autos, verifico a completa ausência de fundamentação do pedido autoral. Em primeiro lugar, é evidente que o cumprimento da condenação, com a devolução dos valores pagos pelo autor, devidamente corrigidos, pressupõe a devolução do bem originalmente adquirido, uma vez que implica no desfazimento do negócio original. Em segundo lugar, o valor que o autor afirma necessário complementar não condiz àquele originalmente pago por ele, mas faz referência a veículo adquirido em outras condições. O pedido nos moldes formulados pelo demandante configura claro enriquecimento sem causa, o que não pode ser tutelado pelo Judiciário." (grifos nossos)*

Portanto, acolher a pretensão do recorrente significaria beneficiá-lo duplamente, em latente enriquecimento ilícito, o que não pode, como dito pelo magistrado *a quo*, ser tutelado pelo Judiciário. Igualmente, a arguição do recorrente do depósito efetivado não corresponder ao valor real do bem, foge do objeto tutelável por este meio recursal, tampouco podendo ser apreciado neste momento processual.

Ademais, exsurge das provas dos autos o integral cumprimento da obrigação imposta aos recorridos, não podendo, em contrapartida, o recorrente abster-se de devolver o veículo, pois por este bem de consumo já foi devidamente indenizado na forma imposta na sentença, razão pela qual é de rigor a sua imediata devolução à agravada. Destacando-se que as hipóteses elencadas no art. 18, §1º do CDC são alternativas, não cumulativas para o consumidor, como pretende o autor/agravante

Por essa razão, revogo a liminar concedida nestes autos de agravo de instrumento, **restando prejudicado o agravo legal interposto pela recorrida Italiana Automóveis do Recife Ltda. nº 0260434-8/01**, devendo esta decisão ser colacionada a esses autos.

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** por **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, devendo o veículo, objeto dos autos, ser imediatamente devolvido à agravada Italiana Automóveis do Recife Ltda, mantendo em todos os seus termos, a decisão interlocutória desafiada.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 10 de abril de 2014.

**Itabira De Brito Filho- Relator -**